



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

JACIENE MARQUES BARBOSA

**IMPACTOS DA DESAPROPRIAÇÃO PARA A COMUNIDADE DO DISTRITO DE
PEDRO VELHO-AROEIRAS-PB**

**CAMPINA GRANDE
2019**

JACIENE MARQUES BARBOSA

**IMPACTOS DA DESAPROPRIAÇÃO PARA A COMUNIDADE DO DISTRITO DE
PEDRO VELHO-AROEIRAS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Administração e Economia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Administração Pública

Orientador: Profa. Dra. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238i Barbosa, Jaciene Marques.
Impactos da desapropriação para a comunidade do Distrito de Pedro Velho - Aroeiras - PB [manuscrito] / Jaciene Marques Barbosa. - 2019.
23 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves, Coordenação do Curso de Administração - CCSA."
1. Desapropriação. 2. Impactos sociais. 3. Impactos econômicos. I. Título
21. ed. CDD 343.02

JACIENE MARQUES BARBOSA

**IMPACTOS DA DESAPROPRIAÇÃO PARA A COMUNIDADE DO DISTRITO DE
PEDRO VELHO-AROEIRAS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Administração e Economia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Administração Pública.

Aprovada em: 02/12/2019 :

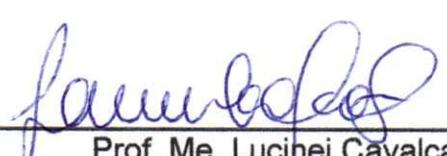
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Orientadora)



Prof. Dr. Geraldo Medeiros Júnior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Lucinei Cavalcanti
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe, Josefa Marques Barbosa,
por todo amor, apoio e dedicação,
DEDICO.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dimensões e Categorias Analíticas	13
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESA	Agência Executiva de Gestão das Águas
CF	Constituição Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDS	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
SUS	Sistema Único de Saúde
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1	Direito de Propriedade	8
2.1.1	<i>Obras Públicas</i>	10
2.1.2	<i>Barragem Argemiro de Figueiredo (Acauã)</i>	11
3	METODOLOGIA	12
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	13
4.1	Lócus da pesquisa	13
4.2	Dimensão social	14
4.2.1	<i>Categoria Analítica Habitação</i>	14
4.2.2	<i>Categoria Analítica Saúde e Educação</i>	15
4.2.3	<i>Categoria Analítica Trabalho e Rendimento</i>	16
4.3	Dimensão econômica	16
4.3.1	<i>Categoria Analítica Produção</i>	16
4.3.2	<i>Categoria Analítica Consumo</i>	17
4.3.3	<i>Categoria Analítica Situação Econômica</i>	18
5	CONCLUSÃO	19
	REFERÊNCIAS	21

IMPACTOS DA DESAPROPRIAÇÃO PARA A COMUNIDADE DO DISTRITO DE PEDRO VELHO-AROEIRAS-PB

Jaciene Marques Barbosa

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da desapropriação para a comunidade do Distrito de Pedro Velho-Aroeiras-PB, sendo relevante na obtenção de informações quanto aos impactos sociais e econômicos causados pela desapropriação, sob a ótica das famílias desapropriadas. A metodologia utilizada corresponde a uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório. Para a coleta de dados optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas com oito moradores que passaram pelo processo desapropriatório. A técnica empregada para análise dos dados foi a análise de conteúdo, com grade fechada contendo seis categorias distribuídas entre as dimensões social e econômica. Quanto aos resultados observou-se que na dimensão social, o quesito habitacional obteve melhorias após a desapropriação, em contrapartida as categorias referentes à saúde e educação e emprego e rendimento sofreram impactos negativos com a desapropriação. Já em relação à dimensão econômica, os quesitos produção e consumo apresentaram retrocessos após o processo desapropriatório, e quanto à situação econômica foi constatado que os moradores não conseguiram restabelecer a mesma situação após a desapropriação, mas que atualmente já encontra-se em uma condição melhor do que a que tinham antes do processo. A desapropriação gerou impactos positivos e negativos à população do Distrito de Pedro Velho, prevalecendo a ocorrência de impactos negativos, sobretudo, na dimensão econômica. No entanto, atualmente, grande parte dos impactos gerados pela desapropriação foram sanados.

Palavras-chave: Desapropriação. Impactos sociais. Impactos econômicos.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the impacts of expropriation for the community of the District of Pedro Velho-Aroeiras-PB, being relevant in obtaining information regarding the social and economic impacts caused by expropriation, from the perspective of inappropriate families. The methodology used corresponds to a field research with a qualitative approach of descriptive and exploratory character. For data collection, we chose to conduct semi-structured interviews with eight residents who went through the expropriation process. The technique used for data analysis was content analysis, with closed grid containing six categories distributed between social and economic dimensions. Regarding the results, it was observed that in the social dimension, the housing sector obtained improvements after expropriation, in return the categories related to health and education and employment and income suffered negative impacts with expropriation. In relation to the economic dimension, the terms of production and consumption presented setbacks after the expropriation process, and regarding the economic situation it was found that residents could not restore the same situation after expropriation, but

which is currently already in a better condition than they had before the process. Expropriation generated positive and negative impacts on the population of the District of Pedro Velho, prevailing the occurrence of negative impacts, especially in the economic dimension. However, today, much of the impacts generated by expropriation have been sanated.

Keywords: Expropriation. Social impacts. Economic impacts.

1 INTRODUÇÃO

As obras projetadas e implementadas pelo Estado, tem a priori, o objetivo de atender demandas sociais, no entanto, grandes obras que exigem a desapropriação de propriedades têm gerado impactos negativos a população local.

Segundo Teixeira (1996), desapropriação é a necessidade entendida pelo governo municipal, estadual ou federal, em se retirar da posse de um particular, um bem necessário para que a obra seja realizada, ressarcindo-o com indenização. A desapropriação consiste em uma das formas mais contundentes de intervenção no direito de propriedade, podendo acarretar diversos impactos socioeconômicos.

Fato este, que podemos observar com a desapropriação para construção da barragem Argemiro de Figueiredo (Acauã) no estado da Paraíba, realizada entre os anos de 1999 e 2002. Localizada na divisa entre os municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, a obra ocasionou a desapropriação de várias propriedades, atingindo cerca de 900 famílias. Os principais objetivos da barragem eram o abastecimento e reforço de água para treze cidades da região, além de propiciar o desenvolvimento econômico das mesmas (SOUSA et al., 2005). Porém, mesmo objetivando benefícios, é importante considerar os impactos ocasionados pela desapropriação e o curso dos efeitos na vida das populações.

A relevância do tema justifica-se pela importância de se obter informações quanto aos impactos sociais e econômicos causados pela desapropriação, e sobre o modo como estes impactos se comportam no decorrer do tempo, sob a ótica das famílias desapropriadas.

Nesse contexto, questiona-se: Quais os impactos da desapropriação para a comunidade do Distrito de Pedro Velho-Aroeiras-PB?

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos da desapropriação para a comunidade do Distrito de Pedro Velho-Aroeiras-PB. Para tanto, será realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas junto aos moradores do Distrito de Pedro Velho, Aroeiras – PB, que passaram pelo processo desapropriatório.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: Introdução, contendo a contextualização do tema, a justificativa, a problemática e o objetivo; Referencial teórico, apresentando os principais conceitos sobre Direito de Propriedade, Obras Públicas e barragem de Acauã; Metodologia, indicando o tipo de pesquisa e a abordagem adotada, o universo do estudo, os métodos de coleta e análise de dados empregados na investigação; Resultados e discussões, expondo e discutindo os principais achados da pesquisa; Por fim, tem-se as Conclusões e as Referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Direito de Propriedade

O direito à propriedade é um dos direitos individuais garantidos pela Constituição Federal (1988) em seu artigo 5º, inciso XXII. De acordo com Pinto (2013), o direito de propriedade pode ser entendido como o poder jurídico que o proprietário possui, mediante lei, para usar, gozar, dispor do bem e de reavê-lo, caso tomem a posse injustamente.

Porém, segundo Meirelles e Burle Filho (2016) o direito de propriedade não mais representa um direito subjetivo do proprietário, estando atualmente sujeito a sua função social, ou seja, há restrições a respeito do mesmo.

A função social da propriedade representa o comprometimento social e econômico relacionado ao uso do bem. Conforme o disposto no §1º do art. 1.228 do Código Civil (2002):

O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

De acordo com Medauar (2018) o objetivo das limitações aplicadas ao direito de propriedade é assegurar o cumprimento do interesse público em detrimento do particular. No entanto, tais inflexões devem ser respaldadas na Constituição Federal ou em leis.

Os possíveis meios de intervenção sobre a propriedade privada, segundo Meirelles e Burle Filho (2016), compreendem a desapropriação, a servidão administrativa, a requisição, a ocupação temporária e a limitação administrativa, definindo-as da seguinte forma:

- Desapropriação- Caracterizada pela transferência, mediante indenização, de uma propriedade particular para o Poder Público, motivada pela utilidade ou necessidade pública ou pelo interesse social;
- Servidão administrativa- Ônus real que possibilita o uso de uma propriedade particular pelo Poder Público para realização de obras e serviços públicos. Neste caso a propriedade mantém-se com o particular, e ocorrendo prejuízos quanto ao uso pelo Poder Público, o dano será indenizado, caso não haja prejuízo nada terá o que indenizar;
- Requisição- Em caso de perigo público iminente, o Poder Público pode utilizar, de forma imediata e direta da autoridade competente e com indenização posterior, bens ou serviços de um particular;
- Ocupação temporária- Utilização provisória de bens particulares necessários para a realização de obras, serviços ou atividades públicas pelo Poder Público, podendo ser uma ocupação remunerada ou gratuita;
- Limitação administrativa- Decorre da supremacia geral pertencente ao Estado para intervir na propriedade privada e nas atividades particulares em prol do bem-estar da comunidade.

A desapropriação é a forma mais contundente do exercício da soberania Estatal na intervenção de propriedade, gerando a perda definitiva do bem pelo particular. Pinto (2013) conceitua desapropriação como sendo a perda involuntária de uma propriedade privada, onde o Poder Público, mediante justa e prévia indenização, retira o bem do particular em casos de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social.

A Constituição Federal (1988) que assegura o direito de propriedade, também prevê em seu artigo 5º, os termos para desapropriação, determinando no inciso XXIV que “a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição”.

Uma distinção amplamente aceita sobre necessidade pública, utilidade pública e interesse social é a apresentada por Fagundes (1948), que diz que ocorre necessidade pública quando há um problema inadiável cuja solução carece, indispensavelmente, da transferência do bem particular para o Poder Público. Já na utilidade pública, a utilização da propriedade particular pelo Poder Público é vantajosa para o bem coletivo, porém não é uma transferência urgente e indispensável. E no interesse social o intuito da utilização da propriedade é alcançar as finalidades sociais do Estado, visando à resolução de problemas sociais, a melhoria das condições de vida da população e a redução das desigualdades.

Meirelles e Burle Filho (2016) declaram que ao determinar a justa e prévia indenização a Constituição visa assegurar a lisura do processo de avaliação, para que o preço do bem seja definido de acordo com seu real valor, acrescido dos danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da perda da propriedade, e que o pagamento da indenização seja feita antes da transferência do bem.

Segundo Medauar (2018), é de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, emitir declarações expropriatórias e promover a desapropriação, podendo também, as entidades da administração indireta promover desapropriação mediante autorização declarada em lei ou contrato.

2.1.1 Obras Públicas

Ao mesmo passo em que ocorre o crescimento e o desenvolvimento da população, há também o crescimento de suas necessidades, levando à Administração Pública a incumbência de implementar projetos que atendam essa demanda. Segundo Branco (2006), conforme o mundo prospera, a necessidade de construção de obras públicas se torna cada vez maior, tendo em vista o crescimento de problemas relacionados ao suprimento de água, energia elétrica, condições de transporte e comunicação.

De acordo com Brasil (2007 apud BORDALO, 2013), obra pública é aquela custeada com recursos públicos, podendo ser executada sob a responsabilidade da Administração Pública ou delegada, e objetiva a construção, recuperação ou aprimoramento de bens públicos a fim de atender interesses da sociedade.

Geralmente, por não dispor de setores técnicos capazes de executar tais projetos, a Administração Pública firma contratos com terceiros, mas para isso precisa se atentar às normas e procedimentos previstos em lei. Como descrito por Carvalho, De Paula e Gonçalves (2017, p. 14) “Apesar de a Lei de Licitações prever a execução direta pela União, atualmente as obras e os serviços são executados majoritariamente pelo setor privado, por meio de diferentes regimes de contratação”.

Ao acordar contratos com terceiros para execução de obras do serviço público é necessário respeitar o que dispõe a Lei Nº 8.666, de junho de 1993, que estabelece as normas sobre licitação e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Segundo Costin (2010), a realização de obras e serviços percorrem três etapas: o projeto básico, o projeto executivo e a execução das obras e serviços. Na elaboração do projeto básico são determinadas as características da obra ou serviço

e o desempenho pretendido, possibilitando a definição do seu custo, prazo e métodos de execução, sendo ele o objeto de licitação. A segunda etapa consiste na elaboração do projeto executivo, neste serão elencados os elementos necessários à execução da obra ou serviço, podendo ser desenvolvido ao mesmo tempo em que a execução. A execução pode ser feita de modo direto ou indireto, a execução direta é realizada pela própria Administração através de seus órgãos e entidades, e na execução indireta os órgãos e entidades contratam terceiros sob alguma forma de regime para que eles realizem a execução.

Dentre estas obras encontram-se as construções de grandes barragens que objetivam o abastecimento de água e energia elétrica para determinadas localidades. Segundo Evangelista (2011), essas obras geram diversos conflitos decorrentes de sua localização e impactos causados, sejam das que já estão construídas ou em fase de projeto ou implantação, se tornando uma questão muito controversa.

2.1.2 Barragem Argemiro de Figueiredo (Acauã)

A barragem Argemiro de Figueiredo, mais conhecida como barragem de Acauã, construída no Rio Paraíba na divisa entre os municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, começou a ser construída no ano de 1999 e foi concluída em 2002. Dois anos após o término da construção a barragem atingiu seu limite máximo, causando o sangramento do reservatório. Este fato ocasionou a inundação dos povoados de Melancia, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho, Cafundó e Água Paba, provocando o deslocamento de cerca de 5.000 pessoas que viviam às margens rio Paraíba (SOUSA et al., 2005).

Ainda de acordo com Sousa et al. (2005), o objetivo principal da barragem era o abastecimento de água para nove cidades da região: Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Taipu, Aroeiras e Fagundes, e reforçar o abastecimento das cidades de Campina Grande, Boqueirão, Queimadas e Caturité.

Porém, mesmo objetivando benefícios, obras da magnitude de Acauã, que possui capacidade de 253.000.000 m³ segundo a Agência Executiva de Gestão das Águas do estado da Paraíba-AESA (2019), geram mudanças nas regiões em que são inseridas, afetando o meio ambiente, a população local e suas condições de vida. Com a desapropriação de suas propriedades, as pessoas que viviam às margens do Rio Paraíba foram obrigadas a deixarem suas casas, terras e plantações que para muitos representavam sua única fonte de renda, fato este que mudou por completo o cotidiano dos povoados.

Com relação aos impactos produzidos, tinha-se previsto no projeto da barragem, um conjunto de medidas mitigadoras que amenizassem este efeito, segundo Oliveira (2017, p. 02):

Dentre as medidas previstas se tinha: o reassentamento da população atingida através de projetos produtivos; o manejo da fauna; o desmatamento zoneado da área da bacia hidráulica; a reconstrução da infraestrutura de uso público e dos cemitérios atingidos; implantação e monitoramento da faixa de proteção do lago; esgotamento sanitário das cidades ribeirinhas como Aroeiras, Natuba e Umbuzeiro, dentre outras.

Sobre as compensações oferecidas pelos danos causados, Silva (2012) afirma que as medidas de ressarcimento adotadas pelo Governo se resumiram em

compensações monetárias irrisórias e/ou cessão de uma das pequenas casas dos conjuntos habitacionais. Outra contestação seria sobre a qualidade das moradias cedidas, construídas com placas pré-moldadas, com espaço insuficiente e pequenos quintais que não viabilizam o cultivo de uma horta, além disso, o saneamento básico não possui rede coletora de esgotos e tratamento de afluentes.

Diante do conhecimento sobre os impasses vividos pela população, alguns professores e alunos da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) se mobilizaram e criaram um grupo com intuito de desenvolver atividades de apoio aos atingidos pela barragem, logo buscaram filiação com outras entidades e movimentos, em especial ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), constituindo então, o Movimento dos Atingidos pela Barragem de Acauã. O objetivo do movimento é atuar como porta-voz da população em busca da garantia dos seus direitos, além de dar apoio em seu processo de organização e restabelecimento das condições de vida (OLIVEIRA, 2017).

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar os impactos da desapropriação para a comunidade do Distrito de Pedro Velho-Aroeiras-PB, foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório. De acordo com Gil (2002), pesquisas descritivas procuram descrever determinadas características de uma população ou fenômeno, e estabelecer a relação existente entre variáveis estudadas, já as pesquisas exploratórias, buscam promover maior proximidade com o problema, objetivando o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

O método de investigação utilizado foi o denominado como pesquisa de campo, que conforme Marconi e Lakatos (2003) procura encontrar informações sobre determinado problema coletando os dados no local onde dá-se o fenômeno, observando-o tal como ocorre, espontaneamente.

O universo desta pesquisa é composto pelos cidadãos que foram submetidos ao processo desapropriatório e residem, atualmente, no Distrito de Pedro Velho, Aroeiras – PB. O universo desta pesquisa é considerado desconhecido, já que não se tem dados oficiais sobre o número de pessoas desapropriadas à época que ainda residem no local foco da pesquisa.

Neste sentido, para efeito desta pesquisa foi estratificada uma amostra não-probabilística intencional por acessibilidade, de acordo com Gil (2008, p. 94) nas amostras por acessibilidade “(...) o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”. A amostra desta pesquisa foi composta por 8 moradores que desde o processo desapropriatório residem no Distrito de Pedro Velho, Aroeiras – PB.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2009) se preocupa em compreender particularidades da realidade social que dificilmente podem ser traduzidas por meios quantitativos. Para coletar de dados utilizou-se a técnica denominada entrevista semiestruturada, que de acordo com May (2004) é a que possui perguntas especificadas, mas que permite que o entrevistador tenha mais espaço para estender as questões durante o diálogo. Cada entrevista durou cerca de 3 minutos, com a autorização prévia dos entrevistados, os dados foram registrados em gravações, para posteriormente serem submetidos à técnica de análise qualitativa.

Após coletados, os dados foram submetidos à técnica qualitativa denominada análise de conteúdo, que segundo Vergara (2005, p. 15) “(...) é considerada uma

técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”.

Os estágios adotados na análise do conteúdo foram os descritos por Bardin (1977), que compreendem a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. No estágio de pré-análise foram definidas as categorias de análise de cada dimensão para fins de organização e transcrição dos dados. No estágio de exploração do material foi feita a análise dos dados e seu agrupamento por categoria. E por fim, no estágio de tratamento dos resultados obtidos e interpretações, foi feita a interpretação dos resultados quanto ao fenômeno estudado por categoria e dimensão.

A abordagem adotada para identificação das categorias de análise do conteúdo corresponde à grade fechada, onde as categorias são definidas a priori com base no referencial teórico (VERGARA, 2012). Foram tomadas como referência para a definição das categorias, as dimensões estabelecidas pelo IBGE (2017) para os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IDS. Sendo assim, as dimensões e categorias adotadas para fins desta pesquisa foram:

Tabela 1- Dimensões e Categorias Analíticas

	CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
DIMENSÃO SOCIAL	HABITAÇÃO	Expressa pela condição de moradia das pessoas e a qualidade dos domicílios em relação ao saneamento básico.
	SAÚDE E EDUCAÇÃO	Oferta de serviços públicos de educação e saúde, como o funcionamento de escolas e postos de saúde.
	TRABALHO E RENDIMENTO	Oferta de emprego, situação do desemprego e o rendimento das famílias.
DIMENSÃO ECONÔMICA	PRODUÇÃO	Refere-se ao uso das propriedades em atividades produtivas como agricultura, criação de animais, pesca e comércio.
	CONSUMO	Expressa pelo acesso aos meios de consumo da região, através da presença de pontos comerciais.
	SITUAÇÃO ECONÔMICA	Representa as mudanças na situação econômica das pessoas devido à desapropriação, e também a capacidade de restabelecimento financeiro por meio das indenizações.

Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Lócus da pesquisa

O Distrito de Pedro Velho foi construído a 12 km da cidade de Aroeiras, com o objetivo de abrigar a população das comunidades de Pedro Velho e Cafundó após a desapropriação das propriedades para a construção da barragem de Acauã. Cerca de 1.428 pessoas foram reassentadas nesta nova comunidade, cedida pelo Governo, após a construção da referida barragem. O Distrito foi construído em um local distante das antigas comunidades, e inicialmente contava com pequenas casas de placa que foram sendo ampliadas pelos próprios moradores, atualmente, a comunidade encontra-se em pleno desenvolvimento, dispondo de quadra esportiva, escolas, postos de saúde, pavimentação de ruas em andamento e realização de eventos tradicionais. O Distrito conta ainda, com diversos pontos comerciais e associação de pescadores, representando uma das principais atividades da comunidade.

4.2 Dimensão Social

4.2.1 Categoria Analítica - Habitação

A categoria analítica habitação versa sobre as condições mínimas de moradia, principalmente no que se refere ao acesso básico. Ao serem questionados sobre o acesso a saneamento básico, antes da desapropriação, os entrevistados relataram a falta de acesso, como pode ser visto nas frases modais a seguir:

— “Tinha não, isso não”.
(Entrevistado C)

— “Tinha água, esgoto tinha não”.
(Entrevistado F)

A mesma questão foi elaborada considerando agora o acesso ao saneamento básico, logo após a desapropriação e atualmente, as frases a seguir demonstram a opinião dos entrevistados:

— “Tinha encanação de água, mas não tinha água, e não tinha rede de esgoto”.
(Entrevistado A)

— “Quando tem água funciona né, quando não tem num funciona não”.
(Entrevistado C)

— “A água chega pouco, rede de esgoto funciona... dá aqueles problemas normais mas funciona”.
(Entrevistado H)

— “Agora tá chegando né, faz uns 2 meses mas a gente passou a maior parte do tempo sem água aqui”.
(Entrevistado A)

Os relatos indicam que a situação habitacional dos respondentes, antes da desapropriação, apresentava deficiências em relação às condições mínimas de

moradia, principalmente no que se refere ao saneamento básico das moradias. Poucas casas possuíam encanamento de água e nenhuma possuía rede de esgoto. Quanto à realidade das habitações após a desapropriação, ou seja, logo que foram morar no Distrito Pedro Velho, a maioria dos entrevistados afirma que já havia rede de água e esgoto, porém uma parcela dos entrevistados alega não ter tido acesso a esses serviços logo que chegaram as novas moradias.

Os dados também revelam que com o decorrer do tempo os problemas relacionados ao saneamento básico foram solucionados, visto que, a totalidade dos respondentes declara contar com rede de água e esgoto atualmente, destacando o fato do fornecimento de água ainda não ser frequente. Silva (2012) corrobora com o exposto ao destacar que a inconstância no abastecimento de água na comunidade perdura ao longo do tempo.

Diante do exposto, pode-se afirmar que no que tange a categoria analítica habitação, a desapropriação gerou impacto positivo à população, já que o acesso ao saneamento básico foi obtido a partir da transferência das famílias para as novas casas localizadas no Distrito Pedro Velho.

4.2.2 Categoria Analítica - Saúde e Educação

A categoria analítica Saúde e Educação trata do acesso a serviços e equipamentos de saúde e educação, antes da desapropriação, logo após o a desapropriação e, atualmente. As frases abaixo indicam a percepção dos entrevistados:

— “Tinha escola e posto de saúde”.
(Entrevistado A)

— “Não, assim que eu vim pra cá num tinha ainda não... tinha mas não tava funcionando ainda não”.
(Entrevistado H)

— “Funcionava depois que fizeram, que antes morava era gente nele, assim que a gente veio”.
(Entrevistada E)

— “Hoje em dia tem bem dizer hospital, é muito grande o posto”.
(Entrevistada D)

— “Hoje em dia funciona”.
(Entrevistada E)

As falas acima indicam que os entrevistados tinham acesso aos serviços e equipamentos de saúde e educação antes da desapropriação. Porém, após a desapropriação, os entrevistados relatam que apesar da estrutura física existir os serviços não eram prestados. Atualmente, escola e posto de saúde funcionam normalmente no Distrito de Pedro Velho. Vale destacar que a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º apresenta a saúde e a educação como direitos sociais dos cidadãos, a demora no funcionamento desses serviços pode ter gerado impactos negativos para as famílias após a desapropriação.

4.2.3 Categoria Analítica - Trabalho e Rendimento

Esta categoria busca identificar a situação de trabalho e rendimento, antes da desapropriação, logo após a desapropriação e, atualmente, vejamos o que relatam os entrevistados:

- “Não, só negócio de tomate, o povo plantava tomate, feijão, plantio de milho, essas coisas”.
(Entrevistada E)
- “Não, só o tijolo que o povo fazia na bêra do rio”.
(Entrevistado F)
- “Continuei trabaiano, trabaiaava na roça e trabaiaava na casa dos ôto”.
(Entrevistada G)
- “Não tinha nada minha fia, viemo tudo desgarrado... só Jesus mermo”.
(Entrevistado F)
- “Não, aqui o servicinho que tinha aqui é mais serviço de fazer carvão, trabalhar no roçado de agricultura”.
(Entrevistado H)
- “Aqui eu botei um mercadinho lá eu tinha um bar, aqui já foi outro negócio”.
(Entrevistado F)
- “As profissão dos povo que tem oportunidade... assim, quem é pescador, pesca, e quem não é, que tem seus emprego, trabalha nos emprego, e quem tem o dia de alugado, trabalha o dia de alugado, e quem não tem fica parado né”.
(Entrevistada C)

Os dados indicam que a situação de emprego e renda nunca foi favorável, mesmo antes da desapropriação, o emprego era escasso. A realidade não melhorou após a desapropriação, e o problema estende-se até os dias atuais. Quanto à renda dos entrevistados, os dados revelam que antes da desapropriação, a maioria deles trabalhava na agricultura de subsistência, só alguns entrevistados informaram que conseguiram permanecer após o processo desapropriatório. Dessa forma, pode-se considerar que a desapropriação gerou impactos negativos no que se refere ao acesso ao trabalho e a renda, em especial dos que viviam da agricultura e não conseguiram manter a atividade, impactando diretamente a renda advinda da referida atividade produtiva. Sousa et al. (2005) destaca que foi previsto como medida mitigadora para impactos relacionados ao nível de emprego e renda, o engajamento da população desempregada nas atividades advindas da implementação da barragem, porém não foram observados avanços.

4.3 Dimensão 2 - Econômica

4.3.1 Categoria Analítica - Produção

A categoria analítica Produção, busca identificar o impacto da desapropriação sobre a atividade produtiva dos entrevistados, antes da desapropriação, logo após a desapropriação e, atualmente. As falas dos entrevistados revelam a percepção dos mesmos:

— “Num tinha nada não, só tinha mermo a casa de morar”.
(Entrevistado F)

— “Porque lá o pessoal tinha o rio livre pra criar né, e as pessoas plantavam... se plantava, criava, pescava que tinha o rio... aí era assim que o pessoal viviam lá”.
(Entrevistada A)

— “Lá eu criava bode, cabra”.
(Entrevistada E)

— “Quando veio pra cá ai ficou mais difícil porque não tinha mais o rio pra pescar e nem lá aquele, aquele terreno que ficava em... nem sei como é que chama... em volta do rio pra criar ai ninguém teve mais isso, tudo ficou mais difícil quando veio pra cá”.
(Entrevistada A)

— “Aqui não tem como criar não né que é trancado demais ai vendemo tudo, porque lá é assim é um tipo.. num tem essas casa colada uma no outro, tem desgoto, tem as coisa né, lá não tinha isso não, aqui tem. Não tem como criar um porco, não tem como criar uma galinha porque aqui vai pros quintal dos ôto, vai e não volta, ai um peru não pode criar, uma cabra não pode criar, lá tinha o rio e aqui não tem e fica longe, ah... tem o rio ainda mas só que é longe pá pessoa conviver de lá pra cá né”.
(Entrevistada C).

As falas acima revelam que a desapropriação ocasionou impactos negativos quanto à produção, visto que grande parte dos entrevistados utilizavam suas antigas propriedades em atividades produtivas como cultivo, criação e pesca, o que se tornou inviável após a desapropriação tendo em vista, especialmente, a distância entre as novas moradias e o rio. Oliveira (2017, p. 5) afirma que a proximidade ao rio “(...) lhes permitia acesso à terra fértil e livre, favorecendo sobremaneira o desenvolvimento de suas atividades produtivas, principalmente a criação de animais, a agricultura – inclusive irrigada – e a fruticultura”. O autor declara ainda, que foi ignorada a necessidade de a população desenvolver atividades produtivas, sendo reassentada em conjuntos habitacionais rurais desassociados a áreas de produção.

4.3.2 Categoria Analítica – Consumo

Esta categoria trata do consumo dos entrevistados, considerando a situação dos mesmos antes da desapropriação, logo após a desapropriação e atualmente:

— “Lá tinha mercado, mai... e tinha somente uma farmácia, mai restaurante essas coisa num tinha não”.

(Entrevistada C)

— “Tinha mercado, farmácia e bar... tinha restaurante não”.

(Entrevistado H)

— “Quando a gente veio pra cá as farmácia vieram juntas né e os bares, mas outras coisa demorou”.

(Entrevistada A)

— “Tinha ainda não, tem hoje em dia né, hoje em dia tem de tudo mai quando a gente chego num tinha nada não”.

(Entrevistada B)

Com relação à possibilidade de consumo, todos os entrevistados informaram que sempre tiveram acesso a farmácias e mercadinhos, quanto às lojas, bares e restaurantes, houve discrepâncias entre as respostas. Após a desapropriação, na percepção dos entrevistados, havia poucos pontos de venda no Distrito de Pedro Velho e o comércio ainda estava se estabelecendo, o que implicou em dificuldade de acesso a bens de consumo como alimentos e medicamentos. Atualmente, o Distrito de Pedro Velho possui grande variedade de pontos comerciais, segundo os entrevistados. Conclui-se, portanto, que a desapropriação impactou negativamente o acesso aos meios de consumo.

4.3.3 Categoria Analítica - Situação Econômica

Quanto à categoria situação econômica, os dados obtidos demonstram que a maioria dos entrevistados não conseguiu manter a mesma condição após a desapropriação, nem com o pagamento da indenização, nem com o acesso a emprego e renda, como pode ser observados nas frases a seguir:

— “Não, com as indenização não”.

(Entrevistada A)

— “De maneira nenhuma”.

(Entrevistado H)

— “Olhe, ninguém recebeu nada, a gente perdeu tudo, porque ficou pra sair, ainda veio um tempo veio um povo pra gente assinar... é... essa indenização da gente era quinze mil da casinha de lá, as coisa né, mas a gente perdeu, ninguém recebeu nada só a casinha né, essa aí... somente... recebeu nada não”.

(Entrevistada B)

— “Veio uma moça pra lí, a gente já fumo, demo ur nome e... até hoje num chegou nada. Dez mil, quinze mil, a casa mar milhó era mais, mai fraca era menos e ainda hoje tamo esperando... só promessa, nada”.

(Entrevistada D)

— “Não... é a mesma coisa, assim, pra mim é a mesma coisa né, que eu não tenho emprego, meus fi num tem emprego, marido num tem emprego, pronto... é a mesma coisa”.

(Entrevistada C)

— “Lá embaixo eu achava melhor né, que lá embaixo eu criava meus bicho, tinha uma vage que tinha banana, tinha um bucado de fruta né, e aqui nada disso tem... oxe, gostaria lá embaixo”.

(Entrevistada E)

— “Melhó do que lá embaixo”.

(Entrevistado F)

— “Hoje tá melhor né mas porque a gente buscou outro...mais trabalho, desenvolveu né, botou mais algo na nossa profissão, tenho meu filho que ajuda né, mas se não fosse isso eu acho que seria pior, se fosse pra viver como vivia lá, porque lá eu vivia de costura mas tinha outras coisa, tinha pesca, tinha as plantações, que tinha o rio em favor e agora não tem”.

(Entrevistada A)

Observa-se nas falas acima, que a falta de acesso ao rio impacta negativamente a atividade produtiva dessa população. Segundo Oliveira (2017), uma das medidas mitigadoras previstas para a obra era o reassentamento da população através de projetos produtivos, no entanto esta medida não foi efetivada.

Os impactos negativos também estão presentes na condição econômica dos moradores, foi observado que após a desapropriação grande parte dos entrevistados não recebeu o pagamento de indenização em dinheiro, e os que receberam em sua maioria, alegam não ter alcançado a mesma condição econômica que tinham. Meirelles e Burle Filho (2016) declaram que para uma justa indenização, a avaliação de imóveis rurais, além de fatores gerais, deve considerar a destinação da propriedade, a classificação e a utilização das terras, as matas, pastagens, culturas, atividades agrárias, pastoris ou extrativas, dentre outras.

Quanto à situação econômica atual, alguns entrevistados afirmam que é melhor que a anterior, devido ao fato de terem desenvolvido seu trabalho ou em razão da aposentadoria.

5 CONCLUSÃO

Com o objetivo de analisar os impactos da desapropriação para a comunidade do Distrito de Pedro Velho-Aroeiras-PB, pode-se concluir ao final da análise dos resultados que a desapropriação ocasionou impactos positivos e negativos à população, sendo negativos em sua maioria.

Foi constatado na categoria habitação, que antes da desapropriação o acesso ao encanamento de água nas casas era escasso e não existia rede de esgoto nas comunidades, propiciando o surgimento de doenças e poluição. Com a desapropriação e transferência para as novas moradias, este quadro obteve melhorias, grande parte das casas do Distrito já possuía rede de água e esgoto, e atualmente funcionam em sua totalidade. Desta forma, o impacto gerado pela desapropriação considera-se positivo por promover o acesso da população aos serviços básicos de saneamento.

Nas demais categorias da dimensão social há a predominância de aspectos negativos. Na categoria saúde e educação, os dados revelaram que antes da desapropriação os moradores dispunham de acesso a escolas e postos de saúde em funcionamento, e após o processo, mesmo existindo estrutura física, os serviços se mantiveram suspensos por determinado período, impossibilitando o acesso aos serviços básicos de saúde e educação, deixando os moradores em uma situação de vulnerabilidade nas novas comunidades. Ao decorrer do tempo as deficiências encontradas foram solucionadas.

Quanto à categoria trabalho e rendimento, concluiu-se que a escassez de trabalho sempre esteve presente e se estende até os dias atuais. Com a falta de emprego, a agricultura se transformou em uma das principais fontes de renda da população, porém, com a desapropriação muitos não conseguiram manter as atividades, impactando negativamente na renda e acesso ao trabalho dos moradores.

Com relação à dimensão econômica prevaleceram os impactos negativos, na categoria produção foi constatado que as propriedades, antes da desapropriação, eram utilizadas para prática de atividades produtivas, sejam para fins de consumo ou como fonte de renda para moradores. Após a desapropriação, muitos não conseguiram manter as atividades, pois além de possuir espaço reduzido, o reassentamento encontra-se em um local distante do rio, dificultando o acesso às terras férteis e amplas do seu entorno.

Outro impacto negativo diz respeito ao acesso aos meios de consumo, antes da desapropriação, os moradores contavam ao menos com mercadinhos e farmácias em suas comunidades, porém, ao chegarem ao Distrito após a desapropriação, haviam-se poucos pontos de venda e os mesmos ainda estavam em fase de instauração, dificultando o acesso a bens de consumo como alimentos, artigos de higiene e medicamentos. Com isso, percebe-se que houve uma desestruturação na economia local, contudo, o comércio no Distrito já se encontra totalmente restabelecido atualmente, com a presença de diversos pontos comerciais.

A desapropriação também causou impactos negativos à situação econômica dos moradores, foi observado que muitos não receberam o pagamento das indenizações em dinheiro, sendo ressarcidos apenas com as casas de placa. Foram feitos cadastros junto com os moradores para realização dos pagamentos, porém nunca chegaram a ser efetuados, o que gera revolta entre eles. Dos que receberam, em sua maioria, não puderam restabelecer a mesma condição que tinham antes da desapropriação através do uso da indenização. Alguns dos moradores afirmam dispor de uma melhor condição econômica atualmente, mas através do próprio trabalho ou em razão da aposentadoria.

Por fim, considera-se que a desapropriação ocasionou impacto positivo em relação às condições mínimas de moradia, inclusive de saneamento básico nas habitações, e negativos no que se refere à saúde e educação, trabalho e rendimento, produção, consumo e situação econômica da população do Distrito Pedro Velho- Aroeiras, com prevalência de impactos negativos apresentados principalmente na dimensão econômica. No entanto, atualmente, quinze anos após a desapropriação, grande parte dos problemas observados foram sanados, o que não implica na minimização dos impactos gerados que causam perdas visíveis e invisíveis à população atingida.

Em algumas falas, percebe-se que devido à desapropriação, pode ter havido um movimento migratório da renda da população atingida, imigrando da agricultura

familiar para pequenos pontos de comércio e serviço. Essa e outras questões podem ser objetos de outros estudos, como também a existência e/ou impactos da criação de associações e cooperativas no local. Ficamos limitados nesses pontos no presente trabalho, abrindo espaço para novas pesquisas no local sobre tais pontos aqui elencados, dentre outros.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA (AESAs). **Últimos volumes informados dos açudes**. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/ultimos-volumes/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. *E-book*.

BORDALO, R. H. C. **Construção fragmentada**: uma análise gerencial dos processos construtivos do complexo de prédios do Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI) da UFPA. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)- Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Belém, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3516/1/Dissertacao_Construcao_FragmentadaAnalise.pdf>. Acesso em 26 de agosto de 2019.

BRANCO, A. M. Prólogo. In: DALLARI, A. A.; BRANCO, A. M. **O financiamento de obras e de serviços públicos**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 11-12.

BRASIL. **Código Civil**, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 de outubro de 2019.

CARVALHO, M. T. M.; DE PAULA, J. M. P.; GONÇALVES, P. H. Texto para discussão: Gerenciamento de obras públicas. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Tds/td_2284.pdf>. Acesso em: 26 de agosto de 2019.

COSTIN, C. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

EVANGELISTA, G. M. **A Chegada das águas**: conflitos socioambientais e mudanças no mundo do trabalho rural provocadas pela formação de lagos artificiais. 2011. 321 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/2041/1/GENYSON%20MAR>

QUES%20EVANGELISTA%20-%20TESE%20PPGCS%202012..pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

FAGUNDES, M. S. Da desapropriação no direito constitucional brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-22, out. 1948. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/10786/9775>>. Acesso em: 04 de outubro de 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IDS**, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDAUAR, O. **Direito administrativo moderno**. 21. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

MEIRELLES, H. L.; BURLE FILHO, J. E. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, F. G. Atingidos pela barragem de Acauã, na Paraíba: Luta pelo resgate da cidadania. In: SINGA, 8., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SINGA, 2017. p 01-20. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt05_1506892050_arquivo_singa_fernandogarciadeoliveira.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2019.

PINTO, L. F. de A. Direito de Propriedade. In: CURSO DE DIREITOS REAIS. **Direitos reais**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2013. p. 75-86. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/16/direitosreais_75. PDF.

SILVA, E. T. **Atrás dos nossos direitos, porque esse povo quer destruir a gente**: memórias, trajetórias e lutas dos atingidos por barragens no Agreste Paraibano. 2012. 152 p. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1786/1/Emeson_Silva_2012>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

SOUSA, A. M. et al. **Luta pela reconquista da cidadania em Acauã, na Paraíba**, 2005. Disponível em: <http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_antigos/st2_14.pdf>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

TEIXEIRA, A. **Reengenharia no Governo**. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.